

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

O Alvo do Calote

O Brasil tem cerca de 8 milhões de contribuintes do Imposto de Renda, os quais já experimentaram este ano as dentadas do *Leão* faminto por receita. Como não é possível aumentar o número de contribuintes da noite para o dia, esses cidadãos pagantes podem se preparar para mais um arrocho no seu bolso. É preciso pagar a generosa anistia das dívidas bancárias dos tempos do Cruzado, e os novos encargos para os cofres públicos por conta das aposentadorias.

Vivemos um clima de eufórico final de Constituinte, com a distribuição de favores pelos parlamentares que procuram garantir votos nas bases, e uma completa amnésia política sobre quem paga a conta. Dois tipos de raciocínio se impõem neste momento. O primeiro tem até certa lógica. Os bravos deputados que insistem em ver no mapa dois Brasis — um, pobre, no Norte-Nordeste, e outro rico, o do Sul Maravilha — acham que as contas terminarão sendo pagas por quem tem mais. Ou seja, pelos contribuintes do Centro-Sul produtivo.

Se essa lógica tivesse sustentação na realidade econômica, medidas assistencialistas como as que foram aprovadas estariam melhorando o perfil da distribuição da renda. Mas é exatamente aqui que se cometem as maiores injustiças. Os caloteiros que aprovaram a emenda populista são também exploradores dos brasileiros mais pobres.

Na verdade, os caloteiros estão expropriando os cidadãos de renda mais baixa, porque são estes os que mais sofrem com a inflação. E o que as benesses aprovadas pela Constituinte farão, pura e simplesmente, será botar mais lenha na fogueira inflacionária. É por aí que os pobres ficam mais pobres. Quem ganha salário mínimo sofre muito mais com um aumento de 20% na comida, que leva a maior parte do salário, que o pequeno e médio empresário anistiado. O preço dessa medida populista é mais fome na mesa dos mais pobres. São favas contadas, se o distributivismo prevalecer.

Ninguém sabe exatamente a quanto montará a fatura. Alguns estimam que o que os funcionários públicos civis e militares deixaram de receber com dois meses de congelamento da URP será menos que as despesas adicionais criadas pela anistia. Os bancos estatais são as principais vítimas. E, como é

claro que banco estatal não tem retaguarda, as contas serão obviamente repassadas para o próprio Governo. Ou seja, para os contribuintes, e para o público em geral, sob a forma de mais inflação.

Quem os caloteiros pensam que enganam? As festas e faixas armadas no palanque do calote na frente do Congresso desnudam a face oculta de velhas e de novas lideranças, as quais desde cedo mostram sua vocação para a trapaça política apenas para manter-se na crista da onda. O Brasil inteiro está cansado de saber que muita gente tomou dinheiro nos tempos do Cruzado para aplicar a juros altos, depois que o Plano desmoronou; estes, agora, fogem das contas pela porta dos fundos da anistia, com o produto do calote constitucionalmente embolsado e garantido.

E o que dizer do produtor rural honesto, que não entrou nessa canoa de créditos, e que espera o financiamento para safras? Não podem esses recorrer à Justiça argüindo o direito ao mesmo benefício, e criando uma bola de neve de efeitos imprevisíveis? E se as benesses aprovadas forem maiores do que as disponibilidades bancárias para financiar o custeio agrícola, não deveria o Governo retirar o crédito rural? Se não retirar, de onde virá o dinheiro?

Não há muita diferença moral entre o grande rombo de uma Coroa-Brastel e o somatório dos pequenos roubos que provoca um grande calote. A justiça que se poderia fazer caso a caso, atendendo ao homem produtivo que de fato acreditou no cruzado e se endividou para investir, foi substituída por um benefício geral e indecente, com uma pitada adicional de raiva contra o sistema bancário. Neste país pune-se quem é eficiente porque é eficiente. Não se trata de propor o reinvestimento produtivo do lucro dos bancos. Trata-se de disseminar uma cultura raivosa contra o sistema financeiro, para nivelar tudo por baixo. O ideal, a prevalecer a lógica do grupo do calote, é só ter banco estatal, a que ninguém pague pelos empréstimos conseguidos como favor político.

O que este país parece estar esquecendo é o valor maior e mais profundo da moral. Tomara que não se esqueça da face dos caloteiros com o passar do tempo, ao conferir no futuro as novas lideranças que se apegam a qualquer faixa sem paternidade, na ânsia de aparecer perante o público.